Almir da Costa Pereira[1]

PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO (PNMPO): DESCRIÇÃO, RESULTADOS E PERSPECTIVAS

Artigo apresentado no VI Seminário Banco Central sobre Microfinanças, tema IV – Principais apoiadores das Microfinanças, terceira mesa expositora – O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Descrição, Resultados e Perspectivas.

Porto Alegre, RS – Junho, 2007.

[1] Almir da Costa Pereira é economista e atualmente coordena o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, também é assessor especial do Ministro do Trabalho e Emprego. Desempenhou a função de gerente executivo das instituições: São Paulo Confia (São Paulo) e Banco do Povo – Crédito Solidário (Santo André-SP). Correio eletrônico: almir.pereira@mte.gov.br e almirpereira@terra.com.br.

RESUMO

PEREIRA, Almir da Costa. **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – (PNMPO): Descrição, Resultados e Perspectivas**. Artigo. 21 p. Banco Central do Brasil; Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – Ministério do Trabalho e Emprego. Porto Alegre - RS, 2007.

As atividades do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO têm resultado numa construção coletiva entre governo e todos os atores sociais que compõem o segmento de microcrédito produtivo orientado. As principais linhas de atuação direta do PNMPO são a perspectiva de apoiar as reais necessidades das instituições habilitadas que hoje alcançam o número de 238, uma ação de fomento ao desenvolvimento institucional e outra que viabiliza o acesso a recursos e monitoramento das concessões microcreditícias realizadas. Algumas ações redundaram em alguns produtos do programa como o plano de desenvolvimento institucional (PDI) e o plano de contas contábil das OSCIP de microcrédito, contribuindo para o fortalecimento e unidade do setor. Faz-se necessário uma ação setorial para a adoção de novas técnicas, metodologias e formas inovadoras de atuação que massifiquem as atividades do MPO, bem como conquistar maior aproximação e abertura do sistema financeiro para este segmento de crédito que possui uma responsabilidade para com a camada da população sem acesso a crédito para investimento em atividades informais e de pequeno porte, inclusive as de economia solidária. Este segmento é promissor, inclusive do ponto de vista comercial. Para a expansão do volume de operações no Brasil supõe-se a necessidade de fortalecer o sistema de MPO criado e em especial as instituições populares de microcrédito.

Palavras chave: Microcrédito Produtivo Orientado. Fomento. Pobreza.

ABSTRACT

PEREIRA, Almir da Costa. **National Programme on Oriented and Productive Microcredit (PNMPO): Description, Performance and Perspectives**. Paper. 21 p. Central Bank of Brazil; National Programme on Oriented and Productive Microcredit – Ministry of Labour and Employment. Porto Alegre - RS, 2007.

The activities of the National Programme on Oriented and Productive Microcredit – PNMPO, have produced a collective construction between government and all the stakeholders that compose this industry. PNMPO's main roles are: the perspective to support the necessities of the 238 included institutions of policy; an action to promote institutional development and feasibility of access to the resources and management of the microcredit flow. These roles have resulted in some products like the institutional development planning (PDI) and the OSCIP's microcredit accountancy planning, contributing to the strength and unity of the industry. Adopting new techniques, methodologies and innovative forms of performance to increase the microcredit offer, as well as bringing close to the financial system is an important sectorial action to this sector because it has a responsibility with this policy to alleviate the poverty of those that don't have access to the credit. This segment has a promising future from the commercial point of view. If we fortify the oriented and productive microcredit, principally microcredit institutions, consequently we will have a natural increase in the volume of Brazil's operations.

Key words: Oriented and Productive Microcredit. Promote. Poverty.

INTRODUÇÃO

A concepção inicial do Programa de Microcrédito[2] baseou-se e tinha seu foco no trabalho até então realizado pela sociedade civil, através de ONG's (Bancos do Povo) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público que apresentaram esta proposta ao governo e que ampliada incorporou as Cooperativas de Crédito, as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e outras. A estratégia do microcrédito produtivo orientado consiste fundamentalmente em oferecer microcrédito, exclusivamente a empreendedores populares de pequeno porte com orientação técnica e acompanhamento ao empreendedor no seu local de trabalho.

Em 1º de setembro de 2003 foi aprovada a Lei nº. 10.735 com o objetivo de viabilizar a inclusão bancária de milhares de correntistas de baixa renda. Este processo de "bancarização dos pobres" criou o acesso a vários serviços microfinanceiros e a pequenos valores de crédito para consumo popular – modalidade esta que, por vezes, também é chamada de microcrédito. Ambas foram conquistas que resultaram de um processo inicial para a democratização do acesso ao sistema financeiro.

Em 29 de novembro de 2004, com a edição da Medida Provisória 226 e o Decreto nº. 5.288, o Governo Federal institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO. O PNMPO foi ratificado a partir da conversão da MP 226 na Lei 11.110, em 25 de abril de 2005. Houve a determinação do público alvo da política pública, da metodologia do microcrédito produtivo orientado e a finalidade específica do programa em disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado. O decreto e a lei resgatam os princípios da proposta inicial do programa de governo para o microcrédito produtivo orientado.

O Decreto 5.288, de 29/11/2004, também instituiu a criação do Comitê Interministerial do PNMPO prevendo a integração de outros dois ministérios. Destarte, o programa é coordenado e executado no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme Portaria

[2] Aqui se refere a proposta de Programa de Microcrédito contida no Programa de Governo do Presidente Lula para o mandato 2003/2006.

do MTE nº. 499/2005, mas com as diretrizes gerais conduzidas conjuntamente com representantes dos Ministérios da Fazenda – MF e do Desenvolvimento Social – MDS.

A regulamentação para o uso de recursos públicos de microcrédito produtivo orientado surgiu com a aprovação das Resoluções: CODEFAT nº. 449 em 29 de agosto de 2005 que criou uma linha de depósito especial do FAT (200 milhões de reais); e a nº. 3.310 de 31 de agosto de 2005 do Conselho Monetário Nacional que determinou a destinação de 2% dos depósitos à vista dos bancos comerciais para a aplicação em operações de microcrédito, entendendo-o como qualquer operação de crédito de pequeno valor com destinação para diferentes finalidades. Esta última também chamada de "exigibilidade" apresentou um saldo médio disponível de mais de R$ 2 bilhões dos quais R$216 milhões estavam aplicados em microempreendimentos e R$825 milhões em consumo (fev./07).

As disposições que determinam os parâmetros para acesso aos recursos para microcrédito produtivo orientado foram alteradas com a finalidade de torná-las mais eficazes e passaram a ter as seguintes identificações. Resoluções CODEFAT nº. 511 de 18 de outubro de 2006 (anterior: 449 de 29/08/05) e CMN nº. 3.422 de 30 de novembro de 2006 (anterior: 3.310 de 31/08/05).

Apesar da finalidade especifica do PNMPO de "disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado" (§ 2º, art. 1º, lei 11.110), este também assume o papel de articulador entre as instituições de microcrédito, os bancos e demais operadores dos recursos públicos e privados com o objetivo de promover um fluxo permanente de recursos através de operações de repasse e mandato; a outra finalidade é de apoio e fomento, para estruturação do setor das microfinanças.

DOIS ANOS DA LEI 11.110/2005

Instituições Habilitadas no PNMPO

Para participar do PNMPO as instituições devem se habilitar. O programa terminou o ano de 2005 com 50 instituições de microcrédito habilitadas, concluindo o período de 2006 com um crescimento superior a 300%. Destaca-se nesta ascensão a quase duplicação do número de

OSCIP[3] e a adesão das cooperativas de crédito que até então não haviam aderido ao programa. O quadro atual de habilitações é apresentado abaixo:

HABILITAÇÕES (base: maio/2007)

REGIÃO	IMPO[4]				AGI[5]			TOTAL GERAL
	OSCIP	SCM[6]	IFO[7]	COOP. SINGULAR	AF[8]	COOP. CENTRAL	BANCO COOP.	
N	6		1	1	1			**9**
NE	24	1	1	17	1			**44**
SE	27	13	1	12				**53**
S	34	2		81	2	3	1	**123**
CO	5			4				**9**
Total	**96**	**16**	**3**	**115**	**4**	**3**	**1**	**238**

Fonte: http://www.mte.gov.br/pnmpo/conteudo/instituicoes_habilitadas/default.asp

Esta rede de instituições habilitadas com autonomia de gestão e de administração da carteira de crédito e demais serviços prestados é composta por mais de 484 agentes de crédito[9] e 309 postos de atendimento. A produtividade está abaixo das médias internacionais o que apesar de ser uma deficiência a ser superada, há de considerar a grande oportunidade de expansão para as instituições que pretendem ampliar sua participação neste mercado brasileiro.

Dentre as instituições habilitadas, presentes em mais de 1863 municípios brasileiros, conforme apresentamos no mapa abaixo, e incluindo as áreas abrangidas pelos programas de microcrédito produtivo orientado Crediamigo, Caixa RS, Agencia de Fomento de Tocantins e Banco da Amazônia, o número de municípios atendidos quase se iguala ao número total dos municípios brasileiros de 5.564.

[3] Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.
[4] Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado – IMPO.
[5] Agentes de Intermediação – AGI.
[6] Sociedade de Crédito ao Microempreendedor – SCM.
[7] Instituição Financeira Operadora – IFO.
[8] Agencias de Fomento – AF.
[9] Quando incluídos os números do programa Crediamigo acrescentamos aproximadamente mais 1200 agentes de crédito.

Municípios Abrangidos por Instituições Habilitadas ao PNMPO[10]

Região	Quantidade
Norte	72
Nordeste	622
Centro-Oeste	59
Sudeste	375
Sul	735
TOTAL	**1.863**

● OSCIP

■ COOPERATIVAS DE CRÉDITO

▲ OUTROS

Cada figura geométrica representa um número um grupo de até cinco instituições habilitadas, totalizando 238.

A articulação com o setor e as relações governamentais e com a sociedade civil organizada é crescente. Com o desenvolvimento de ferramenta específica – Sistema de Informações de Microcrédito - no sitio do PNMPO/MTE (www.mte.gov.br/pnmpo) para a captação de informações das instituições operadoras do PNMPO, outros serviços poderão ser prestados com o objetivo de expandir a oferta de microcrédito produtivo orientado através das IMPO. O início da operacionalização do sistema de banco de dados para gestão do PNMPO está previsto para o segundo semestre de 2007.

Ações de Fomento ao Desenvolvimento Institucional

[10] Por questões metodológicas nesta informação não foram incluídos todos os municípios abrangidos pelos programas Crediamigo, Agência de Fomento de Tocantins, Caixa RS e Banco da Amazônia, habilitados no PNMPO.

O PNMPO também atua no fomento ao desenvolvimento institucional como providência necessária à ampliação do número de instituições habilitadas e à melhoria dos serviços de microcrédito produtivo orientado pautado pelas seguintes linhas de ação:

a) na área operacional, promover o intercâmbio de metodologias creditícias (visões urbana e rural) e o aprimoramento da gestão da carteira de crédito dos agentes;

b) na área de gestão, implantar ações visando capacitar as operadoras em administração estratégica, gestão financeira, marketing, recursos humanos, organização e processos, sistemas de informações gerenciais, o desenvolvimento e implementação de mecanismos que aprimorem a transparência, a análise de risco e a estruturação de carteira;

c) quanto aos mecanismos de governança, realizar ações para estimular e desenvolver boas práticas, mediante a qualificação de dirigentes e conselheiros e a troca de experiências entre instituições;

d) com relação ao público potencial do PNMPO, realizar estudos e pesquisas sobre o perfil socioeconômico, segmentação de mercado, avaliação de impacto, desenvolvimento de novos produtos e serviços.

No ano de 2006 foram aprovados doze projetos deste tipo e que se encontram em fase de execução. Estes projetos foram apresentados através de OSCIP de microcrédito, cooperativas centrais de crédito e ABCRED. A qualidade dos resultados obtidos nestes projetos, além dos benefícios diretos poderá confirmar linhas de ação prioritárias para o programa.

Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI

Além de projetos específicos com instituições operadoras insere-se nas ações de fomento o convênio 01/2006-MTE entre o Ministério do Trabalho e Emprego e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que iniciará a execução de um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Esta parceria teve seu inicio a partir de um convênio entre o BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O PDI atenderá a pelo

menos 100 instituições operadoras de microcrédito produtivo orientado e beneficiará em torno de 1.000 profissionais do setor (conselheiros, contadores, gerentes, agentes de crédito e funcionários administrativos). Os objetivos são os seguintes:

TABELA PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional (MTE/BNDES/BID)

Item	Objetivos
Plano de Costas Padrão	**Conceituação, manualização, aprimoramento e disseminação do Plano de Contas Padrão para OSCIP de microcrédito, realizando: oficinas nacionais e regionais. Produzir manual com a conceituação do plano de contas e dos indicadores com fórmulas de cálculo, regras, critérios e procedimentos para contabilização em OSCIP creditícia.**
Aprimoramento do Marco Legal	**Realizar sistematização de propostas para o aprimoramento do marco legal, incluindo propostas fiscais e tributárias para o setor, através de pesquisas e oficinas, da realização de diagnósticos, divulgação e consolidação das atuais normativas de microfinanças no Brasil.**
Governança Institucional	**Executar trabalho para formação de conselheiros e demais gestores de OSCIP de microcrédito com uma programação orientada para a profissionalização da gestão, foco na atividade, na eficiência e controles para uma gestão transparente com planejamento e estratégias.**
Diagnóstico de Microcrédito	**Elaboração de diagnóstico organizacional e setorial das instituições de microcrédito produtivo orientado para subsidiar implementação de estratégias que viabilizem o incremento da atuação desse segmento bem como promover o auto-conhecimento das instituições.**
Capacitação de Gerentes, Agentes de Crédito e Funcionários.	**Difusão de experiências de sucesso e metodologias consolidadas para MPO, desenvolver e aplicar programa de formação na metodologia de microcrédito produtivo orientado.**

Plano de Contas Contábil das OSCIP[11] de Microcrédito

[11] Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

Esta ação foi desenvolvida numa ação conjunta entre PNMPO/MTE; Instituições Operadoras de Microcrédito Produtivo Orientado; associações representantes de microcrédito; representantes dos bancos Públicos, SEBRAE, Bancos de Desenvolvimento, Banco Central do Brasil etc. que consistiu no exame pormenorizado de uma antiga demanda do setor, dos bancos repassadores de recursos e de outros parceiros de microcrédito. A discussão e deliberação focaram-se na estrutura de um plano de contas contábil que passou a ser considerado padrão para o segmento e está disponibilizado no endereço http://www.mte.gov.br/pnmpo/biblioteca/Plano_Contas_OSCIP.pdf .

Deste trabalho resultou o fortalecimento da transparência e da governança do segmento das OSCIP de microcrédito, também se estabeleceu uma das condições fundamentais para que as instituições financeiras e os fundos de repasse e apoio elevem sua confiança nestas organizações, responsáveis pelo combate à pobreza por meio do microcrédito. O próximo passo desta ação tem por objetivo a padronização de indicadores operacionais e financeiros que conjuntamente com os demais dados contábeis formarão uma base para consolidação nacional dos dados permitindo uma avaliação de resultados, análise do setor e a formulação de políticas complementares de apoio ao desenvolvimento microcrédito produtivo orientado.

Plano Setorial de Qualificação (Planseq) do Microcrédito

Por meio de audiência pública na qual participaram representantes das instituições habilitadas no PNMPO foi decidido pela criação do Planseq (Plano Setorial de Qualificação) para microcrédito, dentro do PNQ/MTE, Programa Nacional de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego. Este programa formará empreendedores beneficiários do microcrédito e potenciais demandantes desta atividade empreendedores de atividades produtivas de pequeno porte, seus familiares e outros que auxiliam na gestão do pequeno negócio.

A finalidade do Planseq para microcrédito é elevar a consciência do papel gestor de milhares de tomadores do microcrédito que assumem a função de administradores em seus microempreendimentos por necessidade de gerar renda, sem terem a dimensão desta tarefa e dos riscos inerentes. Os cursos do Planseq de microcrédito propõem elevar o conhecimento

administrativo para que os empreendedores melhorem a qualidade da gestão e obtenham maiores resultados nas suas atividades econômicas. Este trabalho ocorrerá em parceria com as IMPO que estarão integradas ao processo pedagógico e de formação.

Concessão de Microcrédito Produtivo Orientado

Mediante elaboração conjunta dos integrantes do Comitê Interministerial do PNMPO e com a participação dos bancos públicos chegou-se a uma nova proposta para o CODEFAT[12] que deliberou por uma nova resolução (511/2006), aperfeiçoando a resolução anterior (449/2005) que tratava da linha de depósitos especiais do FAT de R$200 milhões para o microcrédito, assim aguarda-se uma maior captação destes recursos por parte do bancos públicos para repasse às IMPO.

Outra medida semelhante do CMN[13], que trata dos recursos da "exigibilidade", criou a Resolução nº. 3.422/06 para garantir uma maior efetividade no uso e aplicação destes recursos para o microcrédito produtivo orientado.

Do total do saldo dos recursos disponíveis da "exigibilidade" de R$ 2 bilhões[14], no mês de fev./2007, conforme dados do Banco Central, onde havia um saldo de R$ 216 milhões aplicados em microcrédito produtivo orientado, e considerando os volumes das operações, teremos os bancos públicos – Banco do Nordeste e BNDES, como principais operadores que realizaram os maiores investimentos no setor.

Em 2006 foram realizadas 828,8 mil operações de microcrédito produtivo orientado que somaram R$ 831,8 milhões de reais, 75% das concessões realizaram-se na região nordeste pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e deste total 62% foram captados por mulheres. A carteira de Microcrédito no Brasil é estimada em 320 mil clientes ativos e se considerarmos o quadro social das cooperativas habilitas ao PNMPO este número pode elevar-se em mais 160 mil. São resultados bastante modestos que sinalizam claramente os desafios neste setor.

[12] Conselho do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.
[13] Conselho Monetário Nacional – CMN.
[14] É necessário destacar que a maior parte deste recurso ainda é utilizada para operações de crédito de pequeno valor para consumo.

A carteira de Microcrédito no Brasil é estimada em 320 mil clientes ativos e se considerarmos o quadro social das cooperativas habilitadas, no âmbito do PNMPO, este número será acrescido de mais 160 mil "clientes ativos". São resultados bastante modestos que sinalizam os desafios e a necessidade de encontrar soluções de desenvolvimento deste setor.

No ano de 2006 o Brasil participou em Halifax - Canadá da Cúpula Global de Microcrédito, que faz parte das atividades articuladas através do Programa das Nações Unidas – PNUD, e identificou as demandas em âmbito internacional, onde se reconhece os novos cenários colocados para o setor, e a necessidade de investimento em novas tecnologias, gestão de instituições microfinanceiras, políticas públicas e etc. Posteriormente ao evento o PNMPO/MTE anuiu pela participação do governo brasileiro na Campanha Global de Microcrédito. Este fato foi relevante para o fortalecimento das políticas de microfinanças e para a integração do Brasil com os organismos internacionais nas campanhas globais de combate à pobreza. A participação ativa do Brasil nestes fóruns impõe aos agentes públicos e privados sintonia com o movimento internacional, no que diz respeito à somatória de resultados e apoio os desafios apresentados.

ENSAIANDO SOBRE ALGUNS DESAFIOS

É imprescindível a implementação de um maior relacionamento entre as instituições financeiras, as organizações da sociedade civil e os poderes públicos federal, estaduais e municipais para elucidar sobre a importância do microcrédito produtivo orientado no combate à pobreza como instrumento propulsor da atividade produtiva e ainda; planejar conjuntamente sobre a expansão do crédito à população demandante. Afinal o MPO tem por fundamento valorizar os aspectos de inclusão social através do combate a pobreza e concomitantemente com a geração de renda, além de outros benefícios como melhora da capacidade produtiva e da qualidade de vida dos participantes e de suas famílias.

Na proposição do Plano Plurianual 2008/2011 a ação de microcrédito produtivo orientado integra as políticas governamentais definidas como metas de governo e que deverão ter previsão de resultados físicos e financeiros. Isso reforçará esta política pública na medida em que exige

um planejamento de médio e longo prazo quanto a seus resultados. Isto realça os desafios dos agentes públicos sobre o tema.

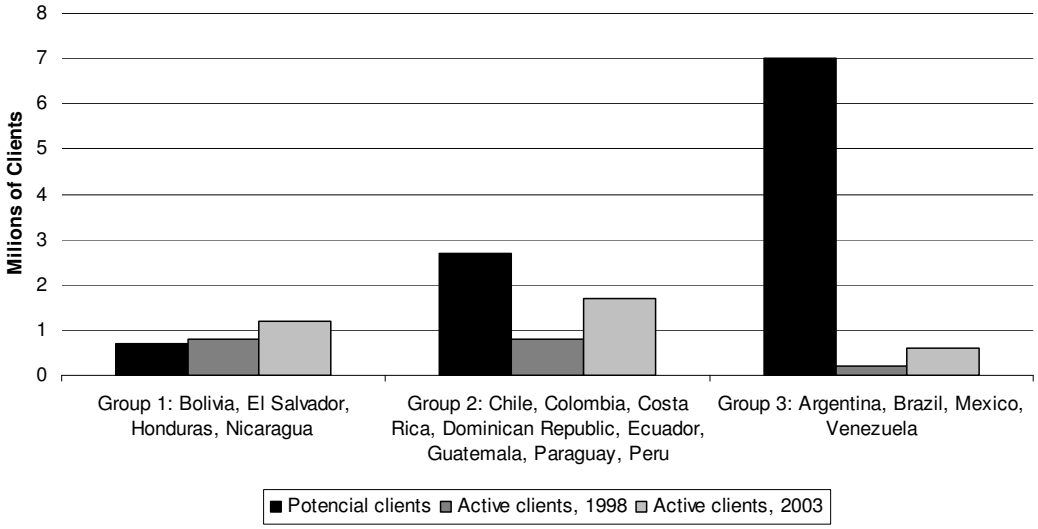
A última consolidação da pesquisa da economia informal urbana[15] apontou 10,5 milhões de pequenas empresas não agrícolas no Brasil, público que se enquadra no perfil de demandantes por microcrédito produtivo orientado. O resultado apontou que a grande maioria das empresas (96%) não recebeu qualquer tipo de assistência técnica, jurídica ou financeira nos últimos cinco anos; isto mostra o potencial de crescimento para esta política de crédito.

Uma parte das instituições financeiras continua a operar com a lógica de sua clientela tradicional e respectivos modelos de concessão de crédito e análise de risco, atendendo ainda em baixa escala à política de microcrédito produtivo orientado. Vislumbra-se esta situação por meio dos bancos que se dedicaram fortemente ao chamado microcrédito de consumo, enquanto havia uma demanda potencial[16] por microcrédito produtivo orientado da ordem de R$ 200 milhões, manifestada por um grupo de cinqüenta instituições que aguardavam por parceiros financeiros. Este volume foi projetado para um período subseqüente de dois anos.

No Brasil, por conseqüência da popularização de serviços financeiros simplificados e de pequeno valor financeiro essenciais para a população mais pobre, muitos especialistas em serviços financeiros deixaram de perceber as diferenças entre o microcrédito produtivo orientado com seus benefícios especiais para a alavancagem dos empreendimentos informais e de pequeno porte, incluindo os de economia solidária.

A adoção de novos paradigmas para o segmento de microcrédito produtivo orientado com vista para a ampliação do número de clientes atendidos (massificação) e, por conseguinte da média de carteiras ativas, parece depender ainda, primeiro, de medidas com o objetivo de facilitar às instituições operadoras de primeiro piso o acesso aos recursos financeiros disponíveis e, segundo da implementação de novas tecnologias e metodologias de microcrédito para agilizar e melhorar o atendimento dos clientes. Não é difícil perceber em nossos paises vizinhos como a Bolívia, a Colômbia e outros que este novo horizonte é possível de se atingir, conforme disposição gráfica a seguir.

[15] ECINF, 2003 – IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).
[16] Levantamento feito pelo PNMPO com as instituições habilitadas no ano de 2006.



Fonte: Berger, Goldmark; Miller-Sanabria (2006, pg. 240).

Apesar da necessidade de adoção de novos padrões não se poder deixar de ressaltar a mister atribuição do MPO que reside no acompanhamento e orientação, tarefas típicas e educativas desta modalidade de crédito na promoção do acesso ao crédito para os mais pobres. Essa atribuição desempenhada em essência pelo agente/assessor de crédito tem garantido o sucesso dos baixos índices de inadimplência das operações e melhor aproveitamento do investimento.

A conjuntura atual apresenta alguns elementos que sugerem a necessidade de se buscar novas soluções urgentemente. Um deles é a concorrência, há pouco mais que dois anos predominavam neste setor quase que exclusivamente as OSCIP, mas agora há um número crescente de instituições interessadas e que objetivam operar com MPO, entre as principais temos os bancos comerciais e as cooperativas de crédito, este fato indica otimismo por parte de atores importantes do setor que vêem no MPO uma oportunidade[17].

[17] Especialistas têm denominado esta nova atuação de grandes operadores do sistema financeiro no mercado de microcrédito de downscaling (BERGER; GLODMARK; MILLER-SANABRIA, 2006).

A bem pouco tempo as taxas para o MPO eram parametrizadas diretamente pelo custo operacional e administrativo, este cenário relativamente simples sem elementos econômicos exógenos para pressionar as operadoras na composição das taxas não existe mais. Com as taxas em queda o novo paradigma é a obtenção de níveis de escala muito superiores aos atuais volumes de liberação de crédito através da agregação de tecnologias metodológicas e da informática.

***

A busca de soluções neste contexto torna-se tarefa mais aprazível quando se trabalha coletivamente na busca de soluções conforme algumas conceituações hodiernas como o verbete "coopetition" constante em Sandroni (2002) que diz ser um este conceito aplicado aos casos em que empresas apesar de competidoras, desejam criar um novo mercado ou reduzir riscos que envolvam grandes investimentos em inovações, terminam por cooperar entre s na busca de um resultado satisfatório para os cooperantes; ou ainda os recorrentes termos como sinergia e cluster que orientam para formação de um agrupamento de elementos comuns para potencializar o grupo.

Portanto, os esforços para a busca de soluções deverão ser apoiados na criação de consórcios e redes regionais ou nacionais organizadas por identidade política, territorial, por uso de metodologias similares, ou simplesmente para a diluição de custos e etc. Assim, haverá maior celeridade para a solução dos problemas e maior aproveitamento dos recursos investidos, sejam estes próprios ou de terceiros.

O resultado deste esforço também fortalecerá as organizações e seus fóruns, espaços fundamentais para o debate político e a troca de idéias. Elaborar estratégias integrando o MPO a outras políticas de geração de trabalho e renda e de desenvolvimento local de modo a promover o microcrédito à sua dimensão maior, a de microfinanças para definitivamente inserir este segmento brasileiro no marco das atividades sustentáveis social e economicamente.

Portanto, promover um círculo virtuoso para o MPO é promovê-lo através das IMPO numa economia de escala que inclua o desenvolvimento das técnicas, processos e organização e exigirá um elevado grau de cooperação dentre as instituições que concordarem com esta visão.

Para aquelas que não possuem meios próprios para de modo individual enfrentar estes desafios, a união para compartilhar os instrumentos e recursos minimizando as dificuldades poderá ser um caminho alternativo.

O Paradoxo do Acesso ao Funding do MPO

Tendo como pressuposto que a legislação do microcrédito produtivo orientado, criada a partir de 2004 estabeleceu um marco regulatório mínimo e por conseqüência criou um sistema para o MPO, faz-se necessário analisar a efetividade deste sistema com o objetivo de aprimorá-lo identificando seus entraves. Com esta finalidade de análise expomos a figura: O paradoxo do funding[18] para MPO. No topo da figura temos demonstrado que há um fantástico volume de recursos disponíveis para MPO, no entanto apenas pouco mais que 10% chega ao tomador final, as pessoas que trabalham por conta própria, os empreendedores.

Diante deste paradoxo, pode-se perguntar. Temos ou não temos um sistema de MPO? As respostas, claro, não são e nem podem ser simplistas, pois a mera criação da legislação para isto já foi uma conquista. Então, o que fazer?

Primeiro, é possível reconhecer as partes deste sistema: o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, as fontes de funding para MPO, o sistema financeiro nacional como intermediário do funding, as Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado – IMPO como tomadoras dos recursos e repassadoras aos empreendedores informais e de pequeno porte, e finalmente o FAMPE e o FUNPROGER[19]para oferecer asa garantias necessárias entre as instituições financeiras e as IMPO.

O sistema de MPO parece perfeito, sim, temos um sistema. Então o que falta? Para que ocorra uma progressão geométrica no volume de crédito que chega aos tomadores.

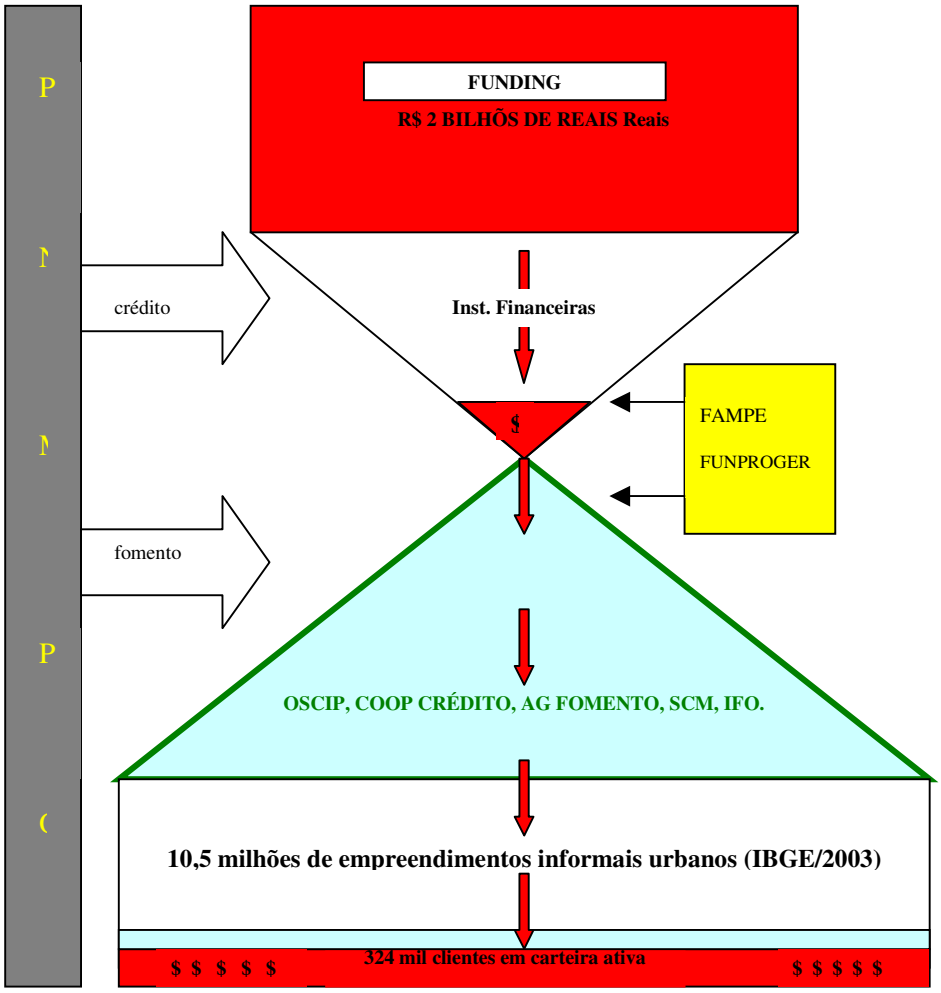
[18] Funding é a provisão de recursos financeiros (suporte financeiro) utilizado para empréstimo e a formação da carteira de crédito.
[19] Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas - FAMPE é o fundo garantidor das operações do microcrédito, o responsável por este fundo é o SEBRAE.
Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER.

Certamente é necessário depositar confiança nesse sistema, fortalecer os compromissos para sua efetividade e aperfeiçoar suas partes para maior integração e funcionamento, ajustando-o segundo o interesse dos tomadores de microcrédito produtivo orientado.

Neste momento não tenho a pretensão de propor ou aprofundar mais esta análise, mas admito que a instalação de foros que reúnam as partes deste processo terá condições de ativar o funcionamento do sistema de MPO.

Neste contexto, a coordenação do PNMPO/MTE tem como objetivo permanente fortalecer e incrementar suas de fomento buscando a ampliação dos investimentos em PDI para aperfeiçoamento e fortalecimento das IMPO e também continuar o trabalho de promoção do acesso às linhas de crédito e criação de fundos.

Figura: **O Paradoxo do Funding para MPO**



BIBLIOGRAFIA

1. BARONE, Francisco Marcelo; LIMA, Paulo Fernando; DANTAS, Valdi; REZENDE, Valéria (ed.). **Introdução ao Microcrédito.** Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

2. BERGER, Marguerite; GOLDMARK, Lara; MILLER-SANABRIA, Tomás (ed.). **An Inside View of Latin American Microfinance.** Washington, D.C.: Inter-American Development Bank, 2006.

3. DALEY-HARRIS, Sam; AWIMBO, Anna (ed.). **Más caminos para salir de la pobreza**. Traducción de Marta Martínez. Canadá: Microcredit Summit Campaign, 2006.

4. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Anuário dos trabalhadores**: 2006. 7 ed. São Paulo: DIEESE, 2005.

5. MUHAMMAD, Yunus. **O banqueiro dos pobres**. 1 ed. 2 reimpr. São Paulo: Ática, 2000.

6. PEREIRA, Gilvanete Dantas de Oliveira. **Efeitos do microcrédito sobre o fortalecimento dos microempreendimentos e sobre as condições de vida dos microempreendedores:** um estudo do CEAPE/PB, no período de 2001 a 2004**.** Dissertação de mestrado (Economia). João Pessoa: Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPB, 2005.

7. MONZONI NETO, Mario Prestes. **Impacto em renda do microcrédito**: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo. Tese (Administração Pública e Governo). São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

8. POCHMANN, Marcio. **Outra cidade é possível**: alternativas de inclusão social em São Paulo. São Paulo: Cortez, 2003.

9. PRETTO, José Miguel (org.). **Cooperativismo de crédito e microcrédito rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

10. REVISTA CRESOL. Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária. Paraná: CRESOL, mar. 2007.

11. REVISTA PESQUISA & DEBATE. São Paulo: Departamento de Economia PUCSP, v. 16, n.2 (28), 2005.

12. ROJAS-SUÁREZ, Liliana. **Encuentro Iberoamericano:** el acceso al crédito y a los servicios financieros Informe Regional. Madrid: Secretaría General Iberoamericana, 2006.

13. SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de economia**. 9 ed. São Paulo: Best Seller 2002.

14. SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** 5 reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Título original: Development of freedom.

15. SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

16. SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (ed.). **A Economia Solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

17. WESTLEY, Glenn D. **Relato de cuatro programas de banca comunal: mejores práticas en América Latina**. Washington: Departamento de Desarrollo Sostenible – BID, 2004.

18. PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. **Plano de contas padronizado para OSCIP de microcrédito**. Coordenação do projeto de Almir da Costa

Pereira. Coordenação dos trabalhos técnicos de Velasques Nunes de Paula. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2006. Disponível em <http://www.mte.gov.br/pnmpo/biblioteca/Plano_Contas_OSCIP.pdf>. Acesso em 17 mar. 2007.

19. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Economia informal urbana** – 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/ecinf2003.pdf> Acesso em 25 mai. 2007.